

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0002730-81.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Adriano Firmino dos Santos**  
 Requerido: **J & R Comercio de Moveis Planejados e Decoração Ltda Epp**

ADRIANO FIRMINO DOS SANTOS ajuizou ação contra J & R COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS E DECORAÇÃO LTDA EPP, pedindo que seja declarada a inexistência de relação de débito e crédito relacionados a duas duplicatas contra ele sacadas pela empresa ré, com o consequente cancelamento do protesto e exclusão de seu nome do cadastro de proteção ao crédito, bem como indenização pelos danos morais decorrentes. Alegou, em resumo, que nunca celebrou nenhum negócio jurídico com a ré, desconhecendo o débito no valor de R\$ 9.780,00.

Deferiu-se a antecipação da tutela para exclusão cadastral do nome do autor, no tocante à dívida discutida.

Esgotadas as diligências para a citação pessoal, determinou-se a expedição de edital. Decorrido o prazo sem manifestação da ré, foi-lhe nomeado Curador Especial, o qual requereu a tentativa de citação pessoal em outros endereços e contestou o feito por negativa geral.

A ré não foi encontrada nos endereços indicados, razão pela qual a Curadora Especial deixou de apresentar outros requerimentos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O autor teve dois títulos protestados contra si, além de ter seu nome inscrito em cadastro de devedores, por suposta dívida contraída junto à

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

ré. Alegou em sua petição inicial que tentou efetuar compras nas lojas do comércio de São Carlos e soube pelos vendedores que seu nome estava protestado, junto ao 8º cartório de protesto de letras e títulos da capital.

Alegou, ainda, ser um simples metalúrgico, e que nunca se dirigiu à cidade de São Paulo para celebrar negócio jurídico com a ré, sendo possivelmente vítima de um golpe.

Evidentemente não caberia ao autor o ônus de provar a insubsistência do negócio, pois não há como atribuir a ele a prova de fato negativo. Por essa razão era dever da ré apresentar qualquer documento que demonstrasse a legalidade da cobrança, por força da regra prevista no artigo 373, inciso II do Código de Processo Civil.

À falta de prova do contrato, conclui-se pela sua inexistência e, em razão disso, pelo reconhecimento da irresponsabilidade do autor por qualquer débito ilegítimamente apontado em seu nome.

O dano moral é presumido (*in re ipsa*), consequência direta da indevida inscrição do nome do autor em cadastro de devedores, por dívida inexistente. Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA DA INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR. RAZOABILIDADE. 1. A manutenção indevida do nome da devedora no cadastro de inadimplentes enseja o dano moral *in re ipsa*, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos. 2. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Precedentes. 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1342805/RS, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 23.3.2015).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

"PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇO DE TELEFONIA. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. REVISÃO DO QUANTUM. SÚMULA 7/STJ. 1. A inscrição indevida do nome do usuário de serviço público em cadastro de inadimplentes gera o direito à indenização, independentemente da comprovação do dano moral, que, na hipótese, é in re ipsa. 2. Ressalvadas as hipóteses de valor irrisório ou excessivo, é vedada, no âmbito do recurso especial, a rediscussão do montante indenizatório. Incidência da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1481057/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, DJe 18.3.2015).

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o homo medius, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

À falta de regulamentação legal, a estimação é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 10.000,00.

Diante do exposto, acolho o pedido e declaro a inexistência de débito do autor perante a ré, relativamente às duas duplicatas contra ele sacadas, e determino a exclusão do registro em órgãos de proteção ao crédito e o cancelamento dos protestos, confirmando a decisão de adiantamento da tutela.

Ao mesmo tempo, condeno a ré ao pagamento de indenização por dano moral, arbitrada em R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios à taxa legal, contados da época do evento danoso (súmula 54 do STJ).

Responderá a ré pelo pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos do autor fixados em 15% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de abril de 2016.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**